

N.º: Gp2448-IX
Proc.º: 30.06.01.41
Data: 03.07.2012

Assunto: Políticas de Saúde nos Açores

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente e membros do Governo;

No final de uma Legislatura é normal que se faça um balanço da acção governativa e se perspectivem soluções alternativas para o futuro.

Hoje, propomo-nos a avaliar o desempenho da Secretaria Regional da Saúde, infelizmente, o maior falhanço da governação socialista.

O Serviço Regional de Saúde (SRS) continua alicerçado no hospital-centrismo, encarecendo o seu funcionamento, que, por sua vez, já não tem capacidade de pagar aos fornecedores e vê-se forçado a encerrar serviços vitais para, supostamente, racionalizar custos.

O CDS-PP sempre defendeu, e defende, uma mudança radical de paradigma. O pilar de qualquer Sistema de Saúde deve ser o doente e a porta de entrada no Serviço Regional têm que ser os cuidados primários.

Neste sentido, recordamos que, por proposta nossa, foi aprovada, nesta Assembleia, legislação que majorou significativamente os apoios à fixação de médicos, essencialmente em especialidades mais carenciadas (como a medicina geral e familiar), e que aumentou substancialmente as indemnizações a pagar à Região em caso de incumprimento.

Mas o Governo Regional preferiu contratar médicos colombianos, em vez de aplicar a legislação que cativaria os jovens açorianos licenciados a fixarem-se na sua Região.

Médicos colombianos que vieram para resolver o problema da falta de médicos de família, a quem lhes foi atribuída uma lista de doentes, apesar de todos os alertas do CDS-PP de que tal não seria possível.

A visceral teimosia do Secretário da Saúde foi de tal ordem que mandou inscrever doentes em listas que agora não existem, ludibriando os utentes que, tal qual nós denunciámos, continuam sem médico de família.

Foi também aprovada uma Resolução do CDS-PP para que o Governo Regional promovesse novas saídas profissionais para os jovens açorianos licenciados em enfermagem, mas o estado a que chegou a Saúde na Região o que promove é à emigração destes jovens.

O CDS-PP também apresentou uma iniciativa legislativa para que fosse criado no Serviço Regional de Saúde o Enfermeiro de Família, melhorando-se os cuidados de saúde de proximidade. O Governo e o PS não quiseram. Fizeram birrinha e anunciaram uma “experiência-piloto” que ainda nunca chegou a descolar.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

O CDS-PP foi mais longe e apresentou igualmente uma proposta para combater as vergonhosas listas de espera cirúrgicas.

Em 2009, por unanimidade, foi aqui aprovado o Vale Saúde. É uma ferramenta importantíssima para reduzir as listas de espera nos Hospitais, mas o Governo (que reconheceu o mérito da nossa proposta) teima em não aplicá-la convenientemente.

Entretanto, fruto dos sucessivos falhanços da governação da saúde e dada a nossa especificidade arquipelágica, o CDS-PP fez aprovar, também por unanimidade, neste Parlamento, o aumento das diárias dos doentes deslocados para 70€. O Governo não cumpriu!

Outra grande proposta do CDS-PP foi o COMPAMID – medida única no País – que o Governo Regional teima em pagar com meses de atraso aos pensionistas.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

Incompreensível, inaceitável e reprovável foi a decisão de encerrar a Unidade de Cuidados Intensivos Coronários do novo Hospital da Ilha Terceira, contra todo e qualquer argumento clínico e científico.

Ao longo do último século muito se aprendeu sobre os mecanismos fisiopatológicos envolvidos na génese do infarto do miocárdio, possibilitando o desenvolvimento de estratégias terapêuticas e de prevenção. Este conjunto de conhecimentos científicos e clínicos levou a uma queda acentuada na taxa de mortalidade hospitalar por infarto do miocárdio.

A luta contra o ataque cardíaco é fruto da soma de avanços científicos (trombolíticos, antiagregantes e angioplastia coronária) e da criação de novos modelos assistenciais como as unidades coronárias e centros de dor torácica.

Aliás, as recomendações da Sociedade Europeia de Cardiologia, elaboradas por um conjunto de especialistas e pelo Grupo de Trabalho para os Cuidados Cardíacos Agudos (ACC), seguidas pela Ordem dos Médicos e subscritas pelo Colégio de Cardiologia, são claras no que diz respeito à estrutura, organização e operacionalidade das Unidades de Cuidados Intensivos Cardíacos.

A UCIC e a unidade de cuidados cardíacos intermédios devem ser instalados em espaços independentes do Hospital, sendo constituídas por especialistas em cardiologia e enfermeiros com treino em cardiologia capazes de prestarem os melhores cuidados aos doentes.

Quem diz o contrário não sabe o que diz ou então é levado por pura teimosia e obstinação, defendendo e promovendo interesses atentatórios da eficiência e qualidade dos cuidados de saúde.

Assim, o Conselho de Administração do Hospital de Angra e o Secretário Regional da Saúde, estão deliberadamente e sem qualquer fundamento a contrariar a *legis art*, contribuindo para um eventual aumento da taxa de mortalidade por patologia cardíaca e pondo em causa a saúde dos Açorianos.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

Se o CDS-PP tiver uma palavra determinante na constituição da próxima maioria, os Açorianos podem ter a certeza que a UCIC do Hospital da Terceira é para repor em funcionamento.

Para nós os doentes são o centro do Serviço Regional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde uma prioridade!

O Deputado Regional



Artur Lima